

REPETIÇÃO, PESSOALIDADE E MARCAS DA ORALIDADE EM PRODUÇÕES TEXTUAIS

REPETITION, PERSONALITY AND ORALITY MARKS IN TEXTUAL PRODUCTIONS

Leandro de Paula liberato,
Amedis Germano dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal a reflexão sobre elementos que, em grande parte, sobrecarregam o texto escrito tornando-o alvo de críticas e notas abaixo da expectativa de professores e seus discentes. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho investigativo que se configurou mediante aplicação de uma proposta de redação para turmas ingressadas no ano de 2015 em uma instituição de ensino, localizada na cidade de Araçuaí, em Minas Gerais. A investigação foi realizada com discentes da primeira série do ensino técnico-integrado e do primeiro período do curso superior de Bacharelado em Administração. Utilizou-se um *corpus* de 100 (cem) redações e através da análise quantitativa dos dados obtidos pôde-se observar em que proporção a repetição, a personalidade e as marcas da oralidade estiveram presentes nos textos dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Textos; repetição; personalidade; oralidade.

ABSTRACT

This paper has, as its main purpose, the reflection on elements that, largely, overload the written text, making it the target of criticisms and resulting in scores below the expectation of teachers and their students. Therefore, an investigative research was conducted on applying a writing proposal for groups enrolled in a teaching institution, in 2015, located in the city of Araçuaí, Minas Gerais. The research was carried out with students of the junior high school of technical education and the first term of the Bachelor's degree in Administration. A corpus of 100 (one hundred) essays was used and through the quantitative analysis of the obtained data, it was possible to observe in what proportion repetition, personality and orality marks were present in the texts of the students.

KEYWORDS: Texts; repetition; personality; orality.

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos fenômenos característicos da fala encontra-se a repetição que, além de funcionar como estratégia coesiva, também auxilia nas atividades de coerência e



compreensão. Na modalidade escrita, ao contrário, é censurada, sendo elemento passível de penalidades, seja em concursos, vestibulares ou outros processos seletivos, já que em casos específicos é considerada vício de linguagem.

Censura semelhante ocorre mediante a utilização da primeira pessoa do singular e do plural e com os diversos vocábulos e expressões próprios da oralidade, contudo, como sugere Urbano (1998), “todos que falamos e escrevemos temos um conhecimento empírico forte de que não se escreve como se fala” há quem cometa tal deslize na uniformidade linguística.

Diante desse cenário, objetiva-se aqui apontar como ocorrem as repetições, a pessoalidade e as marcas da oralidade em produções de texto realizadas por discentes admitidos no ensino técnico integrado e no ensino superior em um dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG. Mais especificamente, a pesquisa foi fruto do levantamento dessas ocorrências, num trabalho comparativo entre ambos os níveis, a fim de:

- a. Verificar se há discrepância considerável entre os níveis de ensino médio e superior no tangente às ocorrências de repetições, marcas da oralidade e pessoalidade em produções textuais dos ingressantes no ano letivo de 2015¹;
- b. Elencar, de maneira reflexiva, uma articulação entre as teorias já existentes sobre o assunto e os dados de análise da pesquisa.

Diante da existência de um vocabulário formal, não se pode descartar o fato de que não são poucos os estudantes que formulam textos com número excessivo de repetições, utilizam a primeira pessoa do singular e do plural, e inserem vocábulos que não cabem à norma culta da língua. Estes, sob o olhar atento dos corretores de redação, gramáticos e professores de língua portuguesa, recebem advertências e notas abaixo do ideal e das expectativas. Espera-se, porém, que as experiências acadêmicas capacitem o

¹- Situações externas que procurem justificar os desvios da norma culta nas redações analisadas, tais como fatores sociais, culturais, econômicos e o histórico acadêmico dos autores dos textos não configuraram objeto de análise da pesquisa.



estudante a produzir textos sintática e semanticamente consistentes e livres dos problemas de construção textual. Assim, vale verificar se tal hipótese se configura como verdadeira.

Sob tal perspectiva, faz-se relevante propor análises e inferências sobre as repetições empregadas nos textos, bem como o uso da pessoalidade e das marcas da oralidade nas construções textuais de alunos ingressantes em cursos técnicos integrados ao ensino médio e de nível superior na instituição educacional em questão.

DESENVOLVIMENTO

É comum ouvir professores dizerem aos seus alunos para não repetirem palavras no texto escrito, pois de outra maneira o mesmo pode se tornar cansativo ou ter a sensação de falta de progressão. O discente atento a esse fato fará o possível para utilizar outros artifícios que não sejam as repetições (parciais ou integrais) em suas produções textuais, todavia, há também os que empregam repetições em demasia e não percebem os prejuízos acarretados pelos excessos.

Diante das orientações por parte dos docentes, muitos estudantes sentem-se desmotivados frente à responsabilidade que lhes é imposta: escrever de acordo com a norma culta da língua. E, nesse contexto, o professor que assume o papel apenas de avaliador e não o de condutor do processo de ensino e aprendizagem poderá, mesmo que inconscientemente, sujeitar o discente a um provável e desnecessário temor de cometer erros de ortografia, estruturação textual e organização das ideias. Sob tal ótica, deve-se considerar como se desenvolve o processo de avaliação e correção, a fim de que tal artifício seja de fato benéfico e produtivo na aprendizagem das técnicas de produção do texto escrito.

De acordo com Marcuschi (2006) a repetição apresenta características que vão além do que muitos imaginam, uma vez que aparece como uma das estratégias de formulação textual mais presentes na oralidade, assumindo um amplo conjunto de funções ora condenável, ora não.



Outra ocorrência comum e que se torna necessário compreender é a predominância da primeira pessoa nos textos de cunho dissertativo-argumentativo. O que aqui é denominado de “pessoalidade” caracteriza-se pelo emprego de pronomes (explícitos ou implícitos) seguidos de verbos em primeira pessoa do singular, principalmente. O intuito de conferir ao texto uma neutralidade e consequente imparcialidade é prejudicado quando palavras e determinadas expressões em primeira pessoa são inseridas.

Professores de ensino básico, docentes universitários e estudiosos da área de língua e linguagem têm levantado questionamentos relacionados ao processo da impessoalidade em dissertações argumentativas. Não obstante, o que se percebe é que as grades de correção de diversos processos seletivos ainda prezam pela total imparcialidade, por consequência, tais avaliações criam conflitos na mente dos candidatos que têm a tarefa de serem impessoais e ao mesmo tempo apresentar e defender ponto de vista pessoal.

Assim, pretender esta completa subjetivação pode não ser uma estratégia satisfatória na produção da dissertação argumentativa. Amorim (2001) se posiciona da seguinte forma:

O enunciado científico não será nunca a apresentação de um eu singular e sua lógica não é a da constituição de subjetividade, mas a de pretensão de objetividade. Ausente do enunciado ou presente sob a forma nós ou se, um locutor se apresenta para deslocar a enunciação para fora da esfera pessoal do discurso. Dufour o concebe como um sujeito ou um eu em vias de dessubjetivação. Dessubjetivação ou despersonalização que não se realiza nunca inteiramente, mas que coloca a não-pessoa como o lugar para onde tende a enunciação. (AMORIM, 2001, p. 103-104)

Dentre as ocorrências presentes em dissertações escolares vale acrescentar também palavras e expressões específicas da modalidade oral. De acordo com Urbano (1998), é sabido que “não se escreve como se fala”, entretanto não é o que acontece na prática, visto que, não raro, grande parte dos textos desenvolvidos por alguns discentes manifestam marcas da oralidade e linguagem excessivamente coloquial. A escola precisa,



TURMAS	Quantidade de redações analisadas	Número de redações que apresentaram repetição	Número de redações que apresentaram pessoalidade	Número de redações que apresentaram marcas da oralidade
---------------	--	--	---	--

portanto, oferecer os instrumentos que o estudante necessita para adequar a linguagem às situações reais de produção, pois o ensino de padrões linguísticos formais deve estar atrelado à aceitação das formas coloquiais cotidianas. Partindo dessa perspectiva, os discentes precisam utilizar também a norma culta em situações em que ela for exigida.

Um dos fatores apontados por professores e especialistas de Língua Portuguesa para a falta de domínio da escrita culta e acadêmica é a ausência da leitura. Faz-se necessário que a escola busque resgatar o valor deste hábito, como ato prazeroso e importante na ampliação do conhecimento de mundo que todo cidadão necessita adquirir. A dificuldade que muitos discentes apresentam na organização e articulação das ideias no momento da escrita, bem como na interpretação de questões relacionadas às mais diversas áreas do conhecimento, pode ser amenizada se a leitura for prática constante. É dever da instituição de ensino propiciar o estímulo à leitura na comunidade escolar com objetivos específicos voltados à produção dos mais variados gêneros e tipos textuais.

As reflexões que ora se faz, criam *corpus* a partir da análise de produções textuais. Trata-se da aplicação de uma proposta de redação para alunos recém-admitidos na primeira série do ensino técnico integrado ao médio e do ensino superior em Administração em um *campus* do IFNMG. Procedeu-se a apreciação de cada texto e foram feitas anotações, sobretudo quantitativas, sobre as ocorrências da repetição, pessoalidade e marcas da oralidade em cada texto. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos:

TABELA 1 – Dados de análise das produções textuais

1º Meio Ambiente (Técnico - Integrado)	26	16 (61,5%)	16 (61,5%)	4 (15,4%)
1º Informática (Técnico - Integrado)	40	33 (82,5%)	19 (47,5%)	4 (10,0%)
Bacharel em Administração (1º período)	34	21 (61,8%)	17 (50,0%)	14 (41,2%)

FONTE: Os autores (2017)

O IFNMG é uma instituição de educação básica, profissional e superior qualificada a ofertar cursos nas diferentes modalidades de ensino. O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio foi implantado neste *campus* do IFNMG no ano de 2011, atendendo estudantes concluintes do ensino fundamental e aprovados em processo seletivo. De igual modo, o curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, implantado em 2013, disponibiliza anualmente quarenta vagas e visa conferir ao discente o ensino técnico e propedêutico.

O curso Bacharelado em Administração, também implantado em 2013, ocorre na modalidade presencial com disponibilidade de quarenta vagas anuais e duração de no mínimo quatro e máximo de seis anos. O projeto pedagógico desse curso superior prevê que

O acesso ao curso de graduação em administração ocorrerá mediante processo seletivo, pautado no princípio de igualdade de oportunidades para acesso e permanência na Instituição, materializado em Edital próprio, de acordo com a legislação pertinente. O acesso também poderá ocorrer pelo ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo MEC, por meio do SISU - Sistema de Seleção Unificada. Além das formas mencionadas, existem os processos de seleção voltados para a ocupação de vagas remanescentes, constantes no Regulamento de Cursos de Graduação. (PPC/IFNMG, 2012, p. 13)



As turmas apresentadas na tabela 1 foram compostas por estudantes admitidos no primeiro semestre letivo do ano de 2015 por meio de processo seletivo, formadas por um público bastante heterogêneo, advindo de instituições públicas e particulares. Apesar de uma análise sem avaliações sociais ou culturais, acrescenta-se também o fato de que muitos dos discentes do ensino superior concluíram o ensino médio há alguns anos e trabalhavam durante os períodos matutino e vespertino.

Todos os alunos produziram redações a partir de três textos motivadores que tinham como tema a crise hídrica ocorrida no Brasil nos anos de 2014 e 2015. A proposta temática solicitava ao discente que, após a leitura dos textos apresentados e com base no conhecimento sobre o assunto, redigisse um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A escassez de água potável no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeitasse os direitos humanos. Todos foram orientados para que selecionassem, organizassem e relacionassem, de forma coesa e coerente, argumentos e fatos para a defesa do ponto de vista.

Seguindo a análise da tabela apresentada observa-se que o número de redações com repetições consideradas indevidas, ultrapassa os 61% nos cursos técnico-integrados e chega aos 82,5% no curso de nível superior. Tal constatação revela a falta de atenção e a dificuldade desses alunos em recorrer a certos recursos de construção textual tais como a utilização da elipse, zeugma e até mesmo de palavras sinônimas. Zeugma, por exemplo, tem a função de retomar o termo citado e permite que o leitor interiorize a repetição, dando significado e sequência ao enunciado.

A repetição faz parte do processo de edição e tem avaliação e papel diverso na linguagem. Assim, as próprias interações discursivas são consideradas como constituintes do processo de construção de significados entre os indivíduos das diversas sociedades de todo o mundo. Isso significa dizer que, na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas consideradas concretas, ou seja, o que importa não é a conformidade com a norma considerada padrão, mas sim o propósito



comunicativo que traz à tona a significação contextual num processo de cooperação. Ao enunciar, o locutor se apropria da língua e tem unicamente como objetivo fazer-se entender e ser compreendido pelo seu receptor.

Entretanto, vale considerar que principalmente na escrita acadêmica, a sequência de repetições pode ser considerada abusiva, e na oralidade essa situação se torna pouco rigorosa, pois as repetições empregam características positivas e importantes na organização textual-interativa. Marcuschi fez algumas considerações importantes sobre este assunto, sendo uma delas a que se segue:

Na escrita, com a possibilidade de revisão e editoração, com apagamentos sucessivos, só se obtém a versão final, diminuindo a presença da repetição. Na fala, em que nada se apaga, a repetição faz parte do processo formulativo. Sua presença na superfície do texto falado é alta, constatando-se que, a cada cinco palavras, em média, uma é repetida. (MARCUSCHI, 2006, p.103).

Assim, as manifestações de repetições são diversas, principalmente quando se considera não apenas as repetições integrais, mas também as com variação. É na diversidade vocabular, ou seja, na utilização de sinônimos, pronomes e figuras de construção que o texto dissertativo torna-se mais objetivo, e com melhor progressão.

Não se deve buscar um aval para que discentes-escritores façam usos impensados de repetições, todavia, é preciso que os docentes também apresentem como tal recurso é utilizado, inclusive extrapolando a modalidade escrita. Atitudes assim podem contribuir para a formação de escritores mais conscientes sobre as adequações linguísticas que se revelam nos mais variados tipos textuais. Como afirma o professor Carlos Alberto Gonçalves Lopes em ensaio publicado na internet

Não resta dúvida de que a repetição é um recurso linguístico riquíssimo e muito útil para a expressão não só dos nossos pensamentos como também dos nossos sentimentos, não se constituindo, portanto, num defeito de expressão oral ou escrita..., **se** devidamente empregada. (LOPES, 1997; grifo nosso).



Observa-se na citação acima a partícula condicional “se” que permite assegurar a importância da função coesiva, facilitadora da decodificação da mensagem, dentre outras funções que a repetição apresenta quando utilizada da forma devida, entretanto, o que se observa nos textos analisados é o uso indiscriminado desse recurso que, conseqüentemente, ocasiona problemas na organização textual e fragilidade coesiva.

É importante salientar também que a pessoalidade e os traços de oralidade por vezes fundem-se pela utilização de expressões com valor epistêmico. Exemplo disso são as expressões acho que e vejo que, constantemente utilizadas nos textos analisados, e ainda a expressão adverbial na minha opinião. Foi possível verificar nas redações um alto índice de subjetividade que dá margem à ocorrência da pessoalidade. Colocar-se no texto, seja em primeira pessoa do singular ou do plural, pode trazer prejuízo de credibilidade da argumentação.

O presente estudo possibilitou verificar que é alto o índice de estudantes que desconhecem ou não se atentam às regras básicas da dissertação argumentativa, mesmo no ensino superior onde metade dos que produziram o texto utilizou primeira pessoa e/ou expressões com sentido subjetivo. Em uma das turmas do ensino técnico-integrado o índice de redações que apresentaram subjetividade foi menor que 50%, contudo, pode-se considerar ainda elevado o número de discentes que encontram dificuldades de argumentação sólida e de exposição de ideias, evidenciando traços de pessoalidade.

Por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, é imprescindível que o autor do texto se posicione para defender as ideias por ele elencadas, no entanto, deve haver um afastamento necessário entre os interlocutores do texto. Esse distanciamento ajuda a promover a impessoalidade que deve ser amparada pelo uso da terceira pessoa do discurso. Neste contexto, é necessário não dirigir-se ao leitor tampouco utilizar-se de expressões que revelam juízo de valor. Em situações específicas, o uso da primeira pessoa do plural pode não revelar pessoalidade discursiva, mas é preciso cuidado por se tratar de uma linha tênue entre o subjetivo e o impessoal.

Outro problema de construção textual recorrente nas redações dos alunos do ensino médio e do superior são as marcas da oralidade. Trata-se de termos corriqueiros, utilizados em situação de fala que, por influência cultural, regional, social e dos meios de



comunicação digital são agregados tão naturalmente ao cotidiano do discente e facilmente transportados para o texto escrito. No entanto, o texto falado se diferencia do escrito e do utilizado nas redes sociais, por exemplo. Sobre esse último, é importante destacar que as palavras inseridas por quem produz o texto devem ser, segundo Koch (2007),

cuidadosamente selecionadas no seu léxico mental e relacionadas de forma a permitir ao leitor estabelecer, ao navegar pelo hipertexto, encadeamentos com informações topicamente relevantes, para que seja capaz de construir uma progressão textual dotada de sentido. Em outras palavras, ao hiperleitor caberá, ao passar, por intermédio de tais links, de um texto ao outro, detectar, por meio da teia formada de palavras-chave, quais as informações topicamente relevantes para manter a continuidade temática e, portanto, uma progressão textual coerente (KOCH, 2007).

A oralidade permite menor rigor organizacional e gramatical do texto, porém, a escrita é mais complexa e elaborada, mesmo se tratando do hipertexto. Assim, não há como negar que a produção textual é uma tarefa que exige elevada atenção, conhecimento de mundo, leituras diversas e maturidade discursiva. Procedimentos pré-determinados e a prévia estruturação do texto pode ajudar no bom desenvolvimento da escrita. Não se trata aqui de supervalorizar a língua escrita e desprestigiar a fala, mas parece-nos que os autores dos manuais didáticos, em sua maioria, não conseguem situar o estudo da língua falada a fim de ressaltar a riqueza e a variedade de possibilidades de usos da língua, o que pode refletir diretamente em como o professor entende e avalia tal ocorrência.

Não raro, discentes fazem uso dos recursos próprios da oralidade porque não dominam o português formal, como aponta Britto (2004) quando afirma que o estudante muitas vezes desconhece ou domina mal as construções do português escrito formal e, mesmo de maneira inconsciente, utiliza recursos próprios da oralidade para construir seu texto. Segundo Santos e Navas (2002), as diferenças entre fala e escrita vão além de som



e grafia, pois a escrita não objetiva simplesmente registrar a fala, mas conduzir mensagens por meio de um sistema convencional que represente conteúdos linguísticos capazes de atender as necessidades de uma sociedade com demandas culturais determinadas.

Considerando em especial os textos dissertativos, por serem muito solicitados nas escolas, vestibulares, ENEM e em processos seletivos, os números apresentados na tabela acima revelam que a falta de habilidade escrita de dissertações argumentativas pode ser preocupante e estar generalizada nos mais variados níveis de ensino. No ensino técnico-integrado, nas turmas de informática e meio ambiente, 10% e pouco mais de 15%, respectivamente, apresentou termos da oralidade no texto. O elevado índice de marcadores conversacionais nas produções textuais do ensino superior (41,2%) tende a ampliar discussões que, em outro momento, serão oportunas.

Deste modo, a análise dos dados apresentados permite perceber que em grande parte dos textos evidenciou-se: (a) a dificuldade na utilização de termos alternativos para retomar uma ideia anterior; (b) a utilização da pessoalidade em grande escala na defesa do ponto de vista; (c) o comprometimento da modalidade a que o texto se reserva, devido a utilização constante de termos da oralidade.

CONCLUSÃO

Apesar de apresentarem problemas estruturais os textos de ambos os níveis de ensino apresentam estrutura própria de textos escritos, ou seja, fica nítida a consciência escrita do estudante. Porém, vale ressaltar que para o propósito a que se destina a maioria das práticas de escrita nas diversas instituições de ensino, é importante ater-se ao que se configura como erro de produção textual nos diversos processos seletivos, em que a redação tem sido determinante.

Foi percebido na pesquisa, que os alunos apresentam grandes dificuldades para elaborar textos de caráter argumentativo e posicionar-se em relação a determinado assunto, fato esse que pode justificar o uso excessivo de repetições integrais ou com variação, bem como o uso da primeira pessoa e o excesso de termos específicos da



oralidade. Assim, tais elementos conferem ao texto uma série de problemas como falta de progressão, fuga da norma culta da língua, além de pouca credibilidade.

Seguindo as reflexões elencadas, é possível afirmar que no ambiente educacional, em quaisquer níveis de ensino, o professor deve atuar como facilitador da aprendizagem, procurando compreender, numa relação empática, os sentimentos e as dificuldades de seus alunos e procurar levá-los à tão almejada autorrealização: a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Em terra de surdos mudos*. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. *Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Administração*. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/cursos-ara1/cursos-superiores/262-portal/aracuai/aracuai-cursos-superiores/12981-bacharelado-em-administracao>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

KOCH, Ingedore G.V. *Hipertexto e construção do sentido*. São Paulo: Alfa, vol.51, n.1, 2007.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A repetição na língua portuguesa*. UNEB. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/32/09.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ISSN: 2359-1064
QUALIS B3

V.4 ED. 2
2017



MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. In: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I. G.V. *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. Campinas: UNICAMP, 2006. Vol.1. cap. 6. p. 219-254.

SANTOS, Maria Thereza Mazorra dos; NAVAS, Ana Luiza G. P. *Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática*. São Paulo: Manole, 2002.

URBANO, Hundinilson. Variedades de planejamento no texto falado e no escrito. In: PRETTI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.